



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
ADMINISTRAÇÃO - BACHARELADO

SEBASTIÃO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA

**USO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PELOS MICRO E PEQUENOS
EMPRESÁRIOS (MPE's): UM OLHAR A PARTIR DO CONTADOR
PRATICANTE**

CARUARU (PE)

2019

SEBASTIÃO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA

**USO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PELOS MICRO E PEQUENOS
EMPRESÁRIOS (MPE's): UM OLHAR A PARTIR DO CONTADOR
PRATICANTE**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Administração da Universidade Federal de Pernambuco, como parte da exigência para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Área de concentração: Administração e contabilidade

Orientador: Profº. Dr. José Lindenberg Julião Xavier Filho.

CARUARU (PE)

2019

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier - CRB/4 - 1242

S586u Silva, Sebastião Henrique Pereira da.
Uso de informações contábeis pelos micros e pequenos empresários (MPE's):
um olhar a partir do contador praticante. / Sebastião Henrique Pereira da Silva. – 2019.
41 f. ; il. : 30 cm.

Orientador: José Lindenberg Julião Xavier Filho.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de
Pernambuco, CAA, Administração, 2019.
Inclui Referências.

1. Informações contábeis. 2. Micro e pequenas empresas. 3. Processo decisório.
I. Xavier Filho, José Lindenberg Julião (Orientador). II. Título.

CDD 658 (23. ed.)

UFPE (CAA 2019-259)

SEBASTIÃO HENRIQUE PEREIRA DA SILVA

**USO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PELOS MICRO E PEQUENOS
EMPRESÁRIOS (MPE's): UM OLHAR A PARTIR DO CONTADOR PRATICANTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Administração da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para a obtenção do título de
bacharel em administração.

Aprovado em: 05/11/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Lindenberg Julião Xavier Filho.

Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Kécia da Silveira Galvão

Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Me. Ayane Gonçalves

Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Em todos os momentos da nossa vida devemos agradecer, desta forma, agradeço a Deus por ter iluminado meu caminho durante este percurso.

Agradeço imensamente a minha família que são pessoas importantes e fundamentais em todo esse processo de aprendizado, em especial aos meus pais, Valderéz Henrique e Maria do Carmo, a minha esposa Andriele Mayara e minhas duas benções que senhor me ofereceu, minhas filhas Heloísa Mayara e Eloá Geovana. Sou muito grato pela compreensão e paciência que todos tiveram nos momentos em que não pude estar presente por estar me dedicando ao desenvolvimento deste trabalho.

Ao professor José Lindenberg Julião Xavier Filho, pela sua paciência e ensinamentos que foram essenciais para o desenvolvimento do TCC.

Enfim, a todos aqueles que direta e indiretamente fizeram parte da minha formação do curso, o meu muito obrigado.

RESUMO

Esta monografia teve como objetivo verificar a opinião do profissional contábil quanto ao baixo uso da informação contábil na gestão das micro e pequenas empresas. Para o desenvolvimento da fundamentação teórica foram consideradas as características da informação contábil útil estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como o posicionamento teórico que argumenta em favor da relação próxima entre a contabilidade e a administração. O estudo caracteriza-se como qualitativo e foi realizado na forma de estudo descritivo com uma pesquisa de campo, com dados coletados através entrevistas semiestruturadas realizadas com seis profissionais contábeis. Os resultados evidenciaram que os contadores atribuem o baixo uso da informação contábil a visão dos empresários, que entendem a contabilidade como um sistema para atendimento das exigências fiscais-tributárias, reforçando a barreira existente na medida em que o problema do baixo uso é do usuário. Assim, parece que a distância que se percebe na prática do administrador é, por assim dizer, reforçada pelo entendimento do profissional da contabilidade, ou seja, é algo que estrutura a relação entre estes dois profissionais que a literatura apresenta como sendo indispensáveis para a gestão.

Palavras-chave: Informações Contábeis. Micro e Pequenas Empresas. Processo decisório. Sistemas de Informações Tributárias.

ABSTRACT

This monograph aimed to verify the opinion of the accounting professional regarding the low use of accounting information in the management of micro and small companies. For the development of the theoretical foundation, the characteristics of the useful accounting information established by the Federal Accounting Council (CFC) were considered, as well as the position of authors who argue the umbilical relationship between accounting and management. The study is characterized as qualitative and was conducted as a descriptive study with a field research, with data collected through interviews with six accounting professionals. The results showed that accountants attribute the low use of accounting information to the businessmen's view of accounting as a system for meeting the simple national government program for tax collection of Micro and Small Enterprises, reinforcing the existing barrier and not considering advancement promoted by the CFC against the accounting professional's necessary effort to make their information more useful. Thus, it seems that the distance perceived in the manager's practice is, as it were, reinforced by the accounting professional's understanding, that is, it is high that structures the relationship between these two professionals that the literature presents as indispensable for management.

Keywords: Accounting Information. Micro and Small Enterprises. Decision making process. Tax Information Systems.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	REFERENCIAL TERÓRICO.....	13
2.1	CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS FUNDAMENTAIS E DE MELHORIA CONFORME O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE.....	15
2.1.2	<i>CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS FUNDAMENTAIS</i>	<i>16</i>
2.1.3	<i>CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DE MELHORIA</i>	<i>17</i>
2.2	APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE GERENCIAL NA MICRO E PEQUENA EMPRESA.....	19
3	DECISÕES METODOLÓGICAS.....	22
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	24
4.1	POSICIONAMENTOS DOS ENTREVISTADOS A RESPEITO DO BAIXO USO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PELOS GESTORES DE MPE's	25
4.2	CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS FUNDAMENTAIS.....	28
4.2.1	<i>RELEVÂNCIA.....</i>	<i>28</i>
4.2.2	<i>REPRESENTAÇÃO FIDEDIGNA.....</i>	<i>29</i>
4.3	CARACTERÍSTICA QUALITATIVA DE MELHORIA.....	30
4.3.1	<i>VERIFICABILIDADE / COMPARABILIDADE</i>	<i>30</i>
4.3.2	<i>COMPREENSIBILIDADE</i>	<i>31</i>
4.3.3	<i>TEMPESTIVIDADE.....</i>	<i>32</i>
4.4	ANÁLISE GLOBAL.....	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
	REFERÊNCIAS	38
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO.....	40

1. INTRODUÇÃO

No Brasil existem 6,4 milhões de estabelecimentos e, desse total, 99% são constituídos de micros e pequenas empresas (SEBRAE, 2018), demonstrando quão vital e importantes são para a economia do país, tendo em vista que estas empresas respondem por 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado (16,1 milhões). Portanto elas são importantes para o crescimento do Brasil, a medida em que mantém o nível de empregos no país, corrobora com uma contribuição de 27% para o PIB (Produto Interno Bruto) dados da CNC (Confederação Nacional de Comércio, 2017; 2018).

Dados do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) afirmam que a mortalidade das empresas no Brasil é alta, cerca de 24,4% das empresas constituídas no Brasil em 2007 encerram suas atividades em até 2 anos (SEBRAE, 2007). Observa-se que essa mortalidade está associada a limitações técnicas dos gestores em administrar sem ferramentas de planejamento, controle, organização e direção, sobretudo admitindo um processo decisório sem lastro em informações críveis, comprometendo a efetividade das decisões.

Com advento a globalização e frente ao crescente em níveis de concorrência no mundo dos negócios, aflora a necessidade de informações para o processo decisório relacionado a ordem empresarial, desta maneira, as decisões devem ser tomadas pelos gestores com uma certa rapidez, de forma empreendedora e econômica e neste sentido o uso de bases de dados e informações desponta como um importante apoio ao processo decisório. No bojo da discussão do uso de informações para decisões organizacionais a contabilidade se projeta como uma base de dados relevante e útil na promoção de informações úteis ao processo decisório (PADOVEZE; MARTINS, 2014).

Assim, as funções administrativas podem ser mais eficientemente desenvolvidas, pois, não basta apenas planejar e dirigir uma organização sem que haja um controle eficaz de todos os processos internos com decisões pautadas em dados objetivos. Nesse contexto a utilização da contabilidade como ferramenta de apoio a administração se torna imprescindível para a evolução da organização, já reconhecida desde os escritos de Fayol (2009) onde vê a contabilidade como o órgão de visão da empresa. Com isso, a utilização dos controles internos é fator crucial para que os principais pilares da organização possuam uma sustentabilidade eficiente durante sua fase produtiva.

De acordo com um estudo realizado por Juan (2004) existem vários motivos que levam as MPE'S a um descontrole financeiro, destacando-se a falta de conhecimento contábil pois,

em virtude de seu porte e de suas dificuldades para captação de recursos financeiros, os micro e pequenos empresários preferem aplicar os recursos no processo produtivo e deixar em segundo plano o investimento em contabilidade, fazendo o caminho inverso do gerenciamento; e para o empresário ter segurança em suas decisões, deve se apoiar nas informações contábeis, minimizando riscos para se manter no mercado.

A contabilidade é uma ciência cuja função principal é a de fornecer informações úteis acerca da vida operacional da organização como um todo, de modo a auxiliar o processo decisório a fim de que sejam realizados com eficiência (BATISTA, 2012; CREPALDI, 2009; FREZATTI et al, 2009). As informações e dados fornecidos pela contabilidade representam ferramentas de gestão, que servirão de apoio e suporte a tomada de decisão e devem fazer parte da rotina empresarial, ou seja, servir de apoio em todas as etapas e processos da empresa.

Não obstante, estudos sobre a utilização da informação contábil pelos gestores realizados por Stroehrer e Freitas (2008) expõem discordância entre os relatórios mais solicitados pelos gestores e os frequentemente gerados pelo sistema de contabilidade para fornecer alicerce ao processo de gestão econômico-financeira, suprimindo apenas parcialmente as necessidades de informação, pois constantemente são gerados com atrasos e se apresentam de difícil compreensão. Para tanto, torna-se necessário elaborar relatórios complementares para suprir essas necessidades informacionais.

De acordo com Marion (2005, p.28) “o objetivo da contabilidade pode ser resumido no fornecimento de informações econômicas para vários usuários, como: Investidores, Fornecedores, Bancos, Governo, Sindicatos e Funcionários”. Quem utiliza as informações contábeis é classificado como usuário e se divide em dois grupos, são eles, usuários internos e os usuários externos. Conforme Marion (2007), os usuários internos são os gerentes, diretores, administradores, funcionários em geral, ou seja, todos que estão trabalhando na empresa e têm acesso tanto aos atos da gestão quanto aos fatos registrados na contabilidade. Já os usuários externos à empresa são os acionistas, instituições financeiras, fornecedores, governos, sindicatos e outras pessoas que têm acesso aos fatos registrados, e não aos atos da gestão, ou seja, não têm acesso ao cotidiano da entidade que reporta a informação.

Portanto, pode-se considerar que o contador é um profissional que ocupa um cargo chave na organização da gestão contábil. Com base nas necessidades informadas pelo gestor, o contador contribuirá exercendo funções de planejamento e condução na realização de controles financeiros e operacionais, assumindo posições estratégicas de incentivo ao crescimento da organização e contribuindo na potencialização do desempenho organizacional (BRATU, 2007; ATHAYDE; MARTINS, 2010).

Entretanto, o que se observa nas MPE's é que essa relação entre o contador e o gestor do pequeno negócio ainda é restrita, tendo em vista as limitações destes empreendimentos e o perfil do gestor em termos de competências gerenciais. Isto porque, a contratação de um profissional próprio para assumir a contabilidade é inviável sob a ótica financeira do empreendimento de menor porte e o gestor deve optar por contratar um serviço que seja adequado com a realidade do tamanho e faturamento da empresa. Dessa forma, a melhor alternativa a ser adotada pela MPE é, a princípio, a terceirização do serviço de contabilidade (SILVA 2011; SANTOS et al., 2014).

De acordo com Oliveira (2016), uma pesquisa da UNIR (Universidade Federal de Rondônia) realizada com gestores de 29 empresas de pequeno porte que utilizam escritórios de contabilidade para gerarem os relatórios mais utilizados. Ao serem questionados sobre as informações contábeis recebidas, dentre elas: análise de balanços; análise da margem de contribuição; formação do preço de venda e ponto de equilíbrio, 90% dos gestores alegaram não receberem nenhum tipo dos relatórios citados. Apenas 10% afirmaram receber algum tipo de relatório, onde dois gestores alegaram receber a análise de balanços e uma empresa alega receber a análise da margem de contribuição.

Ao serem questionados se os mesmos teriam interesse em arcar com um acréscimo no valor dos honorários para receber esses relatórios, 41% dos gestores disseram que sim, inclusive estão dispostos a pagar por essa informação, mesmo que isso gere gastos extras, ou seja, além do que já é pago pelo serviço contábil, no entanto afirmam que os escritórios não oferecem esse serviço.

Por outro lado 59%, dos pesquisados não tem interesse em arcar com esse acréscimo, pois dizem que esses relatórios já deveriam estar inclusos no contrato de prestação de serviços celebrado entre empresa e escritório. Ao serem questionadas se recebem os serviços referentes à folha de pagamento, escrituração fiscal e contabilidade, todas as empresas afirmaram que são fornecidas pelo mesmo escritório de contabilidade, pois há casos em que os serviços podem ser prestados por escritórios diferentes. Já ao serem indagadas se recebem os serviços de controle de fluxo de caixa, controle de contas a pagar e a receber, ponto de equilíbrio ou alguma outra modalidade de serviços, todas alegam não receber esses serviços.

Tal situação, em conjunto com outras pesquisas como a de Gomes e Callado (2016), evidencia que os escritórios de contabilidade oferecem a essas empresas predominantemente os serviços contábeis básicos ou também chamados de fiscais. Mesmo recebendo os serviços básicos de contabilidade, nenhum dos serviços contábeis foram classificados como ruins, pelo

contrário, 52% classificam tais serviços como bom; 24% classificam como excelentes; 17% classificam como regulares e 7% classificam como razoáveis.

Ainda conforme com Oliveira (2016), os gestores encontram-se satisfeitos com os serviços contábeis fornecidos pelos seus escritórios de contabilidade. Em relação à utilização das informações contábeis utilizadas com mais frequência, dentre elas: tributação da empresa, Balanço Patrimonial, DRE. Como resposta, 17 gestores responderam utilizar apenas informações referentes a tributações de produtos. Referente ao Balanço Patrimonial, 03 gestores afirmaram o utilizar. Referente à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), 03 gestores responderam que a utiliza e 09 afirmaram não utilizar nenhum tipo de informação contábil.

Stroeher e Freitas (2006, p. 78) complementam que, “devido ao pequeno empresário, na maioria dos casos, não possuir os conhecimentos contábeis suficientes, por vezes, não conseguem avaliar a sua importância”. Segundo os autores, os empresários estão mais preocupados com as informações de ordem tributária fornecidas pela Contabilidade, relacionando o contador a questões tributárias, como mecanismos para escapar da tributação, deixando de lado o planejamento, a organização, o controle, e outras atribuições básicas da função administrativa.

Portanto, além de o empresário não poder arcar financeiramente com o custo para dispor de um profissional contábil em seu quadro de funcionários, que disponha de serviços em que há acompanhamento e análises mais detalhadas através de relatórios gerenciais, o serviço terceirizado conta com dificuldades na oferta de informações gerenciais, visto a obrigatoriedade legal em gerar informações fiscais e trabalhistas de modo compulsório pelo fisco (SANTOS et al., 2014). Assim, parece que a contabilidade nestes empreendimentos (MPE's) ocupa um espaço periférico ou secundário no provimento de informações gerenciais, reduzindo sua contribuição para a sustentabilidade e sucesso destes empreendimentos, ao mesmo tempo que compromete o alcance do objetivo da contabilidade quando se observa o usuário interno (gestor).

Segundo Padoveze (2006, p.49), “a própria contabilidade é um sistema de informação”. Oliveira, Perez Júnior e Silva (2008) definem como sistema de informação, um conjunto de dados que entra em um sistema, mesclando-se com outro conjunto de dados e/ou tabelas, gerando informações, as quais podem ser demonstrações contábeis, relatórios administrativos ou gerenciais, demonstrativos de desempenho, entre outros.

Admitindo que as pesquisas já citadas sugerem o distanciamento prático da contabilidade das decisões ordinárias nas empresas, sobretudo nas MPE's, e que isso compromete o sucesso e sustentabilidade dos negócios, este trabalho se alinha a investigação

da problematização no que se refere ao baixo uso da informação contábil nos processos de gestão por parte das MPE's, partindo da reflexão do profissional contábil atuante na cidade de Camocim de São Félix – PE. Logo, o objetivo desta pesquisa se pauta em entender a opinião do profissional contábil quanto ao uso da informação contábil na gestão das micro e pequenas empresas.

2 REFERENCIAL TERÓRICO

Sabe-se que para uma gestão eficiente faz-se necessário dispor de informação, pois “o que não é medido não é gerenciado” (KAPLAN; NORTON, 1997, p. 21). Desta feita, entende-se que para bom desempenho é indispensável o auxílio de sistemas de informações que espelhem com veracidade a situação da organização de modo a subsidiar o processo de tomada de decisões.

Pode-se considerar que a obtenção da informação é ainda mais relevante quando se trata de Micro e Pequenas Empresas (MPE's), por possuírem uma gestão simples, geralmente conduzida pelo proprietário ou sócio as tarefas são desenvolvidas mutuamente, sem setorizar. As MPE's precisam de acompanhamento e controle tanto quanto as grandes organizações, ao final de cada exercício social elas devem apresentar as demonstrações contábeis que tem como objetivo principal, gerar informações que demonstrem a situação patrimonial e financeira da empresa, que são utilizadas tanto pelos usuários internos (gerentes, Administradores, funcionários) quanto pelos externos (sócios, investidores, instituições bancárias). Tais informações auxiliam no processo de tomada de decisão, contribuindo para funções organizacionais ao reportá-las a atividades como: controle do patrimônio da organização (bens, direitos e obrigações), por intermédio do balanço patrimonial; controle de custos e despesas necessários para oferta de produtos; controle de fluxo de caixa; apuração dos resultados de cada período através da Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), entre outras.

Sabe-se que a disposição de informação e a sua adequada utilização e interpretação é um elemento fundamental para uma melhor gestão. Empresas podem alcançar o sucesso na medida em que gestores utilizam informações tempestivas, relevantes e oportunas para tomar decisões adequadas.

Oleiro, Dameda e Victor (2007, p. 45-46), corroboram ao constatar em sua pesquisa que, dentre os fatores mais citados como inquietadores à sobrevivência das MPE's está à ausência de dados sólidos para tomada de decisão, “desde a escolha do negócio a ser empreendido, até a forma de financiamento das operações, política de vendas, estratégia de compras e estrutura de produção”. Dessa forma, ainda segundo os autores, a contabilidade financeira/gerencial propicia informações únicas e essenciais para suportar as necessidades do gestor.

A utilização da informação contábil para fins fiscais, nota-se a necessidade das empresas em possuir o devido acompanhamento de um profissional contábil, habilitado para fornecer informações relevantes que auxiliem o processo de tomada de decisões, observa-se na

economia brasileira, em especial nas MPE's, que os contadores muitas vezes são vistos como um “mal necessário”, e são consultados apenas quando há necessidade de suprir alguma exigência legal.

A contabilidade gerencial deve ser utilizada como um instrumento de tomadas de decisões que ajude os gestores a se conectarem com as informações financeiras da empresa e apresentem os melhores caminhos a percorrerem até a lucratividade, deste modo tornando os pilares da organização sustentáveis as turbulências de instabilidades do mercado durante sua existência. De acordo com Soutes e Guerreiro (2007, p.37), “são denotadas por um conjunto de técnicas, ferramentas, atividades e modelos de gestão empregadas.”

Dentre as quais se podem destacar como de maior utilidade para as MPE's: Custeio por Absorção, Custeio Variável, Orçamento Anual, entre outras (FREZATTI, *et al.*, 2009). A elaboração dos relatórios correspondentes aos referidos artefatos gerenciais são, geralmente, de responsabilidade do contador, podendo ser orçamentos, relatórios de desempenho, de custos, relatórios não rotineiros para facilitar a tomada de decisão conforme uma passagem de FERREIRA (2007)

De acordo com Bratu (2007) e Martins (2010), pode-se considerar que o contador é um profissional que ocupa o cargo chave na organização. Com base nas necessidades comunicadas pelo gestor, o contador auxiliara executando funções de planejamento e condução na realização de controles financeiros e operacionais, assumindo posição estratégica de incentivo ao crescimento das organizações e contribuindo na potencialização do desempenho organizacional.

Entretanto, o que se observa nas MPE's é que essa relação entre o contador e o gestor do pequeno negócio ainda é problemática, tendo em vista as limitações destes empreendimentos. Isto porque, a contratação de um profissional próprio para assumir a contabilidade é inviável sob a ótica financeira do empreendimento de menor porte e o gestor deve optar por contratar um serviço que seja adequado com a realidade do tamanho e do faturamento da empresa.

O uso de informações, quaisquer que sejam, no processo decisório implica o entendimento da utilidade da informação, de modo que informação não útil perde em utilidade. Deste modo, tratando da informação contábil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da resolução 1.374/2011, definiu a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e nesta discutiu exaustivamente quais as características deve portar a informação contábil para ser útil, que serão discutidas na seção 2.1.

2.1 CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS FUNDAMENTAIS E DE MELHORIA CONFORME O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações acerca da situação financeira de uma entidade, baseadas nessas informações são tomadas as decisões de investimentos, e conferida a credibilidade da empresa para bancos, fornecedores, por usuários externos e internos.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis os atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis são as características qualitativas das informações contábil. “As características qualitativas são determinadas como atributos da informação indispensáveis para torná-la útil, necessita produzir benefícios, e conceder confrontos entre empresas” (Hendriksen et. al., 1999).

Os relatórios contábeis apresentam informações sobre os recursos econômicos da entidade, nesse contexto as características qualitativas da informação contábil, são identificadoras dos tipos de informação consideradas com as mais úteis, tanto para investidores e credores na tomada de decisão. Porém, na prática conforme aponta Iudícibus (2010), não é fácil decidir o que é útil, ou não útil para tomada de decisão. Assim como é difícil analisar o que é útil ou não, também não é fácil mensurar a qualidade dessa informação. As empresas precisam encontrar uma forma que venha a expor a posição patrimonial de modo transparente e confiável para os acionistas, clientes e administradores, não apenas com o registro dos eventos, mas certificando de que eles estão sendo relatados de maneira fiel e com qualidade.

As características qualitativas da informação contábil foram redefinidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis como características da informação contábil financeira útil, identificando os tipos de informação que são reputadas como as mais úteis para os investidores, credores e outros, para tomada de decisão de acordo com a informação contida nos relatórios contábil.

O comitê de pronunciamentos contábeis apresentou mudanças definindo como sendo apenas a relevância e representação fidedigna como características qualitativas fundamentais e as demais, comparabilidades, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade, características de melhoria, sendo essas últimas menos críticas, mas altamente desejáveis. Outras mudanças foram observadas como a característica de representação fidedigna antes era denominada como confiabilidade. Por ser considerado redundância, a característica essência sobre a forma, não é considerado como um componente separado da representação fidedigna.

A característica da prudência (conservadorismo) foi retirada da condição de representação fidedigna, devido à sua inconsistência com a neutralidade.

Para tanto, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, por meio do Comitê de Pronunciamentos contábeis - CPC, divulgou em 2008 a Resolução CFC nº 1.121/08, sendo revogado em 2011, pela Resolução CFC nº 1.374/11 (Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC 00 R1), ambas dispendo sobre a Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das demonstrações Contábeis, correlacionadas às Normas Internacionais de Contabilidade elaboradas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Estas relacionadas como características qualitativas fundamentais (relevância e representação fidedigna) e as de melhoria (Comparabilidade, Verificabilidade, Tempestividade e Compressibilidade). Nesse sentido, “a informação é relevante, se ela é capaz de afetar os fins, de afetar a compreensão ou de afetar as decisões dos usuários, devendo ser oportuna sempre, quando necessária. E para atender a estas expectativas, a informação tem que ser confiável, que possa apresentar exatamente os fenômenos que representa, possibilitando a verificabilidade de suas fontes. Questões que favorecem a comparabilidade das informações.” (Hendriksen & Van Breda, 2009; Sousa et al., 2016).

2.1.2 Características Qualitativas Fundamentais

As características qualitativas fundamentais da informação contábil são aquelas que devem estar presentes para que ela seja considerada útil, para a tomada de decisão, e consistem na **relevância** e na **representação fidedigna**.

A característica referente a **relevância** é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. Ela será capaz de fazer diferença nas decisões se tiver valor preditivo, valor confirmatório ou ambos. O valor preditivo e o valor confirmatório da informação contábil-financeira estão inter-relacionados. A informação que tem valor preditivo muitas vezes também tem valor confirmatório. Por exemplo, a informação sobre receita para o ano corrente, a qual pode ser utilizada como base para predizer receitas para anos futuros, também pode ser comparada com predições de receita para o ano corrente que foram feitas nos anos anteriores. Os resultados dessas comparações podem auxiliar os usuários a corrigirem e a melhorarem os processos que foram utilizados para fazer tais predições.

A característica da **representação fidedigna** é aquela que contém descrição de todas as explicações necessárias à compreensão do fenômeno. Esta característica contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas também representar com fidedignidade

o fenômeno que se propõe representar. Para representar perfeitamente a fidedignidade, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro. A informação é neutra quando não tiver um viés pré-determinado na sua seleção ou apresentação. Com isso afasta a manipulação de dados que possam influenciar na decisão dos usuários. Em tempo, a informação neutra não é aquela sem propósito, afinal a informação contábil-financeira sempre tem um propósito: suportar a tomada de decisão pelo usuário. A informação é livre de erro quando não se encontra omissão relevante ou equívoco em sua apresentação e quando o processo de sua produção é claramente reportado.

As características qualitativas fundamentais devem ser obrigatoriamente observadas: a relevância e a representação fidedigna. De acordo com Alves (2003), a observância do conceito de relevância está condicionada a fatores como tempo, o tipo de usuário e o tipo de decisão a ser tomada. A representação fiel garante uma evidenciação fidedigna à informação contábil, de todos os fatos ocorridos no patrimônio das organizações de maneira segura Campelo (2007). Como forma de melhorar o uso da informação contábil, ou seja, acoplar a informação mais usabilidade, o CFC dispõe de 4 outras características denominadas de Características Qualitativas de Melhoria, que uma vez a informação possuindo relevância e fidedignidade contribuem para seu uso. Tais características serão discutidas na seção 2.1.2.

2.1.3 Características Qualitativas de Melhoria

Elas são denominadas características qualitativas de melhoria, pois melhoram a utilidade da informação, que já é relevante e representada com fidedignidade (características qualitativas fundamentais).

As características qualitativas de melhoria também podem ser utilizadas no caso de existir em duas alternativas consideradas similares em termos de relevância e fidedignidade e a entidade precisar decidir por uma. A entidade, por exemplo, selecionaria opção, que maximizasse a comparação e a compreensão por parte do usuário da informação.

Logo, são 4 (quatro) as características qualitativas de melhoria, a saber comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

A **comparabilidade** tem como objetivo auxiliar os usuários a decidirem alternativas, como, por exemplo, vender ou manter um investimento, ou investir em uma entidade ou noutra. Consequentemente, a informação acerca da entidade que reporta informação será mais útil caso possa ser comparada com informação similar sobre outras entidades e com informação similar sobre a mesma entidade para outro período ou para outra data. Comparabilidade é a

característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

A **verificabilidade** ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar. A verificabilidade deve permitir que diferentes usuários cheguem a um consenso após a análise da informação prestada pela entidade, embora não seja necessário que os usuários cheguem a um completo acordo. A verificação da informação pode ser direta ou indireta. A verificação direta, como o próprio nome sugere, ocorre por meio de uma observação direta. Por exemplo, o usuário da informação pode verificar quantas unidades de determinado item a entidade possui em seu estoque. Por outro lado, para a verificação indireta devem ser utilizados modelos, fórmulas entre outras técnicas de cálculo, para que o usuário possa checar os dados de entrada e recalculer os resultados obtidos. Por exemplo, se a entidade utiliza o método de avaliação de estoques PEPS (Primeiro que entra, primeiro que sai), o usuário, de posse das informações da entidade, pode recalculer os valores do custo das mercadorias vendidas no período e verificar se a informação reportada pela entidade está correta.

A característica da **tempestividade** é referente a informações contábeis feitas imediatamente após as causas que os originaram, mesmo na hipótese de alguma incerteza. Sem o registro no momento da sua ocorrência, ficarão incompletas as informações sobre o patrimônio até aquele momento, contudo, certa informação pode ter o seu atributo prolongado após o encerramento do período contábil, em decorrência de alguns usuários necessitarem identificar e avaliar algumas tendências. Devido a este fato, existem algumas características que ela deve ter:

- A tempestividade refere-se ao fato da informação deve chegar ao usuário em tempo hábil, a fim de que este possa utilizá-la para seus fins;
- As informações preparadas e divulgadas sistematicamente, como as demonstrações contábeis, a periodicidade deve ser mantida;
- Quando por qualquer motivo, inclusive de natureza legal, a periodicidade for alterada, o fato e suas razões devem ser divulgadas junto com a própria informação.

Portanto a informação contábil deve ser ágil e íntegra na sua produção e sua divulgação de maneira que represente fiel e imediatamente as variações do patrimônio da entidade em determinado período, por isso mesmo é preciso ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

A **compreensibilidade** representa uma informação classificada, caracterizada e apresentada com clareza e concisão. A exclusão de informações sobre fenômenos complexos

pode tornar os relatórios contábil-financeiros de mais fácil compreensão. Por outro lado, a exclusão dessas informações poderia tornar os relatórios contábil-financeiros da entidade que reporta a informação incompletos e potencialmente distorcidos. De acordo com o Pronunciamento, os relatórios contábil-financeiros são elaborados para usuários que têm conhecimento razoável de negócios e de atividades econômicas e que revisem e analisem a informação diligentemente.

2.2 APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE GERENCIAL NA MICRO E PEQUENA EMPRESA

O ato de administrar buscando diminuir a fragilidade empresarial dos setores no processo decisório envolve gerenciamento de todas as atividades e produção de informações para a tomada de decisões estabelecendo diretrizes a serem tomadas pelos gestores, favorecendo uma conjuntura favorável para o futuro, estabelecendo uma relação com o fornecimento de informações em todas as suas operações assim como descreve. Padoveze (2010, pág. 38) “a Contabilidade Gerencial é relacionada com o fornecimento de informações para os administradores, isto é, aqueles que estão dentro da organização e que são responsáveis pela direção e controle de suas operações”

Diante das evidências relatadas na pesquisa pelos entrevistados, eleva a hipótese de que os profissionais contábeis possuem um entendimento adequado referente as regras estabelecidas pelo comitê de pronunciamento contábil para a atuação nas empresas de pequeno e médio porte, sobretudo o entendimento de que a ideia ajustada é dever do gestor produzir.

Quanto ao objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas, o comitê de pronunciamento contábil é claro quanto a sua definição.

Objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação (CPC_PME_R1, pág.7).

Segundo Silva (2002) uma empresa sem contabilidade é uma entidade sem memória, sem identidade e sem as mínimas condições de sobreviver ou de planejar seu crescimento, de

modo que Oliveira (2005, p. 36) reforça que a “contabilidade gerencial fornece as informações claras, preciosas e objetivas para a tomada de decisão”.

Desse modo, a contabilidade gerencial surge como uma ferramenta indispensável a qualquer tipo de negócio, um suporte sobre o qual se apoiará o micro e pequeno empresário em suas decisões gerenciais. As micro e pequenas empresas muitas vezes são desprovidas de apoio contábil em sua administração, já que os contadores, em sua maioria apenas cumprem as obrigações fiscais e assessórias que a legislação impõe, mas pouco ou nada fazem para auxiliar a administração dessas empresas com informações úteis ao seu planejamento.

Conforme destaca Chér (1991, p.36), “a contabilidade tem sido encarada como um instrumento tão somente para se atender a uma série de exigências legais e burocráticas, e não encarada como um instrumento de apoio à administração”. Os pequenos empresários, frequentemente, não dão o devido valor à contabilidade como instrumento de apoio, mas devido ao excesso de burocracia e obrigações acessórias que suas empresas têm de cumprir, vêem o contador como a pessoa que cuida de tudo isso, mas não como um suporte a administração.

Segundo Longenecker (1998, p.515)

[...] os administradores precisam ter informações precisas, significativas e oportunas, se quiserem tomar boas decisões. Isso é particularmente verdadeiro quando se refere à necessidade de informações financeiras sobre as operações da empresa. A experiência sugere que a falta de aptidão em sistemas contábeis é um fator básico de insucesso entre pequenas empresas.

A contabilidade aparece como instrumento principal para fundamentar as decisões do administrador, que através das informações geradas, conseguem tomar decisões com maior segurança. Um dos instrumentos eficazes na administração de recursos é o planejamento financeiro, que segundo Santiago (2006, p.49) afirma que, “todo planejamento financeiro deve ter por base registros contábeis que se constituem em ferramentas de fundamental importância na medida em que trazem informações gerais para a tomada de decisão”.

Para Chér (1991, p.35), “[...], a contabilidade desenvolve e fornece dados para o setor financeiro da empresa, usando princípios legais e padronizados, prepara principalmente, demonstrações financeiras”.

A Contabilidade sem dúvida, a maior fonte de informações sobre o patrimônio da empresa, permitindo conhecer, com facilidade, todos os fatos que ocasionaram alteração

qualitativa ou quantitativa, servindo de bússola na administração dos negócios e contribuindo para o alcance dos objetivos. Somente com sua utilização o empresário terá os parâmetros necessários para sua decisão (SILVA, 2002, p.85).

O pequeno e o médio empresário, assumindo o papel de administradores financeiros, podem desenvolver análises financeiras para identificar o desempenho de sua empresa em relação ao passado, em relação à concorrência, tomando as decisões adequadas, desde que detenha informações sobre o estado de seu patrimônio, alicerçadas por análises financeiras fornecidas por relatórios contábeis.

Para Chér (1991, p.47), “[...] os insumos básicos para a utilização dos índices são a Demonstração de Resultado e o Balanço Patrimonial, ambos preparados pela contabilidade”.

Para se ter uma ideia da importância da análise a partir dos índices financeiros, basta mencionar a quem tal análise interessa. Primeira e obviamente interessa ao administrador, na medida em que fornece os instrumentos necessários para verificar o funcionamento da empresa, aplicando-se, quando necessário, medidas corretivas para sanar eventuais problemas detectados. Interessa ainda aos credores da empresa, preocupados com a capacidade dela em honrar obrigações nas datas de vencimento. Por último, é de interesse de todos aqueles que investem na empresa, preocupados em identificar o grau de risco desses seus investimentos (CHÉR 1991, p.48).

Através das demonstrações financeiras o administrador poderá tomar decisões baseadas em informações coerentes e seguras, o que aumentará de maneira significativa as possibilidades de sucesso. Além disso, as demonstrações financeiras possibilitam um acompanhamento real da dinâmica do negócio, tornando possível traçar novas metas e diretrizes em tempo hábil e seguro. Como exemplo de demonstrações contábeis que podem ser aplicados a pequena empresa, pode-se citar o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado e a Demonstração de Fluxo de Caixa, que embora preparados de maneira simplificada levando em consideração a pequena movimentação financeira da micro e pequena Empresa, podem fornecer informações que serão de grande valia na tomada de decisão.

3. DECISÕES METODOLÓGICAS

Segundo Strauss & Corbin (1998) A metodologia é a explicação precisa e exata de toda obra desenvolvida no desenrolamento do trabalho acadêmico. Detalha o tipo da pesquisa, o rumo seguido para tal feito, o preceito para obter os dados a serem trabalhados, enfim, de tudo aquilo que se utilizou no trabalho de pesquisa. Em outras palavras, pode-se definir metodologia com a ciência que estuda os métodos e as técnicas utilizadas para o alcance do conhecimento para a respectiva pesquisa.

De acordo com Martins (2005, p.80), no que se refere à metodologia:

Corresponde ao estabelecimento das atividades práticas necessárias para a aquisição de dados com os quais se desenvolverão os raciocínios que resultarão em cada parte do trabalho final. Cada procedimento (ou grupo de procedimentos) é planejado em função de cada um dos objetivos específicos estabelecidos, ou seja, pensa-se a coleta de dados para cada problema expresso na forma de objetivo específico, os quais concorrerão para a consecução do objetivo geral.

conforme a confirmação de Silva (2003, p. 39) “pode-se definir Método como etapas dispostas ordenadamente para investigação da verdade, no estudo de uma ciência para atingir determinada finalidade, e técnica como o modo de fazer de modo mais hábil, segura e perfeita alguma atividade, arte ou ofício.”

Este trabalho caracteriza-se, quanto ao tipo de pesquisa, como um estudo de caráter qualitativo. As pesquisas qualitativas são definidas como um tipo de investigação voltada para os aspectos qualitativos de uma determinada questão, considerando a parte subjetiva do problema em questão, isso significa que ela é capaz de identificar e analisar dados que não podem ser mensurados numericamente. Os resultados deste tipo de pesquisa não são apresentados através de recursos estatísticos, de modo que nesta pesquisa os dados obtidos não são, portanto, tabulados para obtenção de resultado. São apresentados através de relatórios que destacam as opiniões dos entrevistados.

Assim, foram consideradas as informações provenientes de profissionais do ramo da contabilidade que atendem as Micro e Pequenas Empresas (MPE's) da cidade de Camocim de São Félix-PE. Levando-se em considerações o contador praticante sobre o fato do uso da informação contábil nos processos decisórios das organizações. Assim, a pesquisa procurou mostrar a opinião do profissional contábil, partindo do pressuposto das evidências referente à utilização das informações contábeis pelos gestores das empresas que prestam serviço.

Procurou-se constatar, através de entrevista semiestruturada com 6 (seis) profissionais responsáveis por atender a um total de 24 de MPE's do município de Camocim de São Félix essa relação, tendo por base as características da informação contábil útil definidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Com relação a abordagem do problema, é qualitativa, pois os dados estudados tiveram aspecto de realidade no qual não puderam ser quantificados, além disso, nesta pesquisa busca-se uma análise interpretativa das falas dos contadores, através de suas respostas ao formulário de entrevista semiestruturada. Enquadrando-se assim como um estudo qualitativo básico, segundo Pederneiras (2010, p. 286), “simplesmente busca descobrir e entender o fenômeno, um processo, ou as perspectivas e visões de mundo das pessoas envolvidas”.

As entrevistas foram realizadas durante período de 01 de maio a 15 de maio de 2019 e garantiu que os entrevistados ocupassem a posição de contador praticante, mantendo um esforço pela validade na escolha dos sujeitos para ouvir quem produz a informação, atendendo ao que apregoa Creswell (2013) quanto aos critérios de elegibilidade de um sujeito de pesquisa, entre eles, ter domínio da temática discutida na pesquisa. Cada entrevistado teve sua identidade preservada, sendo tratados na pesquisa como E1, E2, E3 (Profissional que trabalha individualmente), P1, P2 e P3 (Profissional que atua em escritório de contabilidade) (Profissional que trabalha individualmente), foram aplicadas em seus escritórios de trabalho, com duração média entre média de 30m a 1h de duração.

A entrevista teve 8 (oito) questões básicas sobre o tema, com roteiro semi-estruturado e com as questões disponíveis no apêndice A. Após a finalização da coleta de dados, foi realizado o aprofundamento da análise e interpretação do material coletado. Porém, conforme Laville e Dionne (1999 apud FEITOSA; PEDERNEIRAS, 2010, p. 82) “tal análise e interpretação não são imediatamente possíveis”. Dessa forma, anteriormente a análise, os dados foram organizados, ordenadas de forma que fosse possível proceder as análises e interpretações que levaram às conclusões, como também utilizar matrizes para agrupamentos de informações contidas nas entrevistas para torná-las mais facilmente analisada frente o quadro teórico das características da informação contábil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante da problemática apresentada aos entrevistados, fica evidente a visão do profissional contábil quanto a utilização da informação contábil meramente no atendimento aos ditames fiscais, por exemplo, folha de pagamento, tributos, mercadorias retidas, envio de arquivos fiscais e eletrônicos aos fiscos (federal, estadual e municipal) dentre outras obrigações acessórias. Parece que o uso não é gerencial, mais sim fiscal-tributário, de modo que o relacionamento entre os usuários e os profissionais contábeis se limita ao exigido pela legislação, ou seja, o mínimo obrigatório. Essa exigência reforça os achados da pesquisa de Cibele Haas (2016), que indicam que o uso é prioritariamente fiscal, como se apreende dos extratos abaixo das entrevistas:

Julgo que eles terão prejuízos nas análises de pagamentos de tributos, no qual poderá efetuar pagamentos superiores por falta de cálculos corretos. Eles devem manter os serviços para poder conseguir organizar de forma correta as informações e por conta de conseguir lucrar gastando menos com os impostos calculados de forma incorreta (E1).

A contabilidade não é vista como uma ferramenta gerencial. Muitos empresários da região nos procuram basicamente para que possamos gerar relatórios e informações que a lei exige que eles apresentem. O baixo uso destas informações se dá por conta da falta de interesse nos relatórios gerenciais e o foco dos empresários no atendimento as leis (E2).

Muitos Empresários não percebem que uma contabilidade feita de forma incorreta sem um bom planejamento tributário, pode acarretar prejuízos financeiros exorbitáveis e até mesmo a falência. Não percebem que a contabilidade está diretamente ligada a gestão. Análise Financeira, Fluxo de caixa, Formação do estoque e os Gastos com o pessoal, tudo isso engloba a contabilidade e a gestão (P3).

De acordo com os relatos dos entrevistados, fica evidenciado que as informações não estão sendo úteis como prevê a contabilidade, desta forma reduzindo sua utilidade para o gestor em seu processo decisório. Isso compromete a própria contabilidade na medida em que não consegue atingir seu objetivo, qual seja, gerar informações úteis ao processo decisório, CFC (2011). Mais que isso, e figura como contribuição desta pesquisa, essa é a opinião do contador praticante, não mais do gestor como as pesquisas já citadas apresentam.

Conforme Kaplan e Norton (1997, p. 21) “o que não é medido não é gerenciado”, conforme explanado pelos os entrevistados os empresários perdem grande oportunidade de utilizar a contabilidade como ferramenta de tomadas de decisões ao visualizarem a contabilidade como instrumento para atendimento ao sistema fiscal do governo. Desta forma diversos empreendedores recorrem a outras bases de dados, como softwares de gestão, que

forneçam informações que julgam necessárias para tomadas de decisões gerenciais e deixam a contabilidade em papel secundário neste processo, conforme a pesquisa de Xavier Filho e Lima (2016).

Parece, então, que de certo modo o que as pesquisas recentes apontam para o baixo uso de informação contábil quando ouvem os empresários ou gestores encontra aqui uma evidência complicadora, qual seja, se o empresário não usa a contabilidade é culpa dele, isso na opinião dos profissionais ouvidos. Logo, parece que o compromisso em gerar informações úteis não é do profissional da contabilidade, mas sim uma condição que envolve o usuário. É sutil, mas gritante, esse deslocamento, de modo que o uso está condicionado a características dos usuários e não da informação.

Contudo, o objetivo da contabilidade não é suprir de informações os que querem a informação, mas sim aqueles que precisam da informação para melhorar sua performance decisória, razão pela qual é objetivo da contabilidade prover com informações úteis o processo decisório (IUDÍCIBUS, 2010). Se não supre informações sua missão enquanto profissão é ameaçada, confrontada com outras bases informacionais, como softwares, e o que se apreende das entrevistas é que "isso não é problema meu, pois estou aqui quando o empresário quer, mas ele não me vê como provedor de informações úteis", poderia ser isso um resumo das opiniões a partir dos entrevistados. É mister destacar que esta análise envolve as informações contábeis e um de seus usuários, qual seja, o gestor/empresário, mas como se sabe são plurais os usuários da informação contábil, envolvendo governos, bancos, instituições de pesquisa dentre outros.

Nas seções seguintes explora-se a opinião quanto as características qualitativas da informação contábil.

4.1 POSICIONAMENTOS DOS ENTREVISTADOS A RESPEITO DO BAIXO USO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PELOS GESTORES DE MPE's

É nesta seção que serão abordados os posicionamentos dos entrevistados, empresário da contabilidade (Profissional que trabalha individualmente) e o profissional da contabilidade (Profissional que atua em escritório de contabilidade).

Em relação ao conhecimento quanto as informações contábeis como uma ferramenta de gerenciamento, os entrevistados entendem que o nível de conhecimento dos microempresários da região quanto aos domínios contábeis é baixo, o que faz com que tenham o hábito de não utilizar a informação contábil para tomadas de decisões ordinárias e também não percebem a importância dessa ferramenta para o gerenciamento da sua empresa.

O conhecimento escasso e principalmente a restrição da utilização dessa ferramenta em seu gerenciamento poderá causar prejuízos na visão dos praticantes ouvidos, pois sem informações gerenciais ele não conseguirá saber o quanto realmente cada produto contribui com o lucro, analisar o quanto a empresa pode gastar nem tomar decisões seguras, entre outros. Esse posicionamento é aderente ao que diz a literatura, desde Fayol (2009) até autores da própria contabilidade, como Iudícibus (2010). Reforça-se que a diferença encontrada não é da promoção da contabilidade como ferramenta útil ao processo decisório, mas sobretudo as posições a partir da evidência do baixo uso, em que os ouvidos atribuem a motivação para esse fenômeno ao interesse ou capacidade técnica do usuário em entender as informações contábeis.

Há também a influência da desconfiança nos profissionais da contabilidade, o que acaba impedindo que os empresários verifiquem as vantagens proporcionadas pela contabilidade, sobretudo no que concerne ao processo decisório. Na opinião dos ouvidos, constata-se que na percepção dos profissionais da contabilidade não existe entre a classe empresarial a compreensão da importância da contabilidade enquanto instrumento de gestão, de modo que é entendida meramente como um instrumento de auxílio fiscal nas MPE'S, conforme segue os extratos abaixo:

Em grande parte dos casos, os empresários tomam as decisões sem planejamento fiscal/contábil, podendo assim, obter um futuro problema em relação a saúde da MPE. Acredito que o baixo uso das informações se deve à falta de conhecimento dos responsáveis para com os processos contábeis/fiscais e de o quanto tais processos podem ajudá-los em como gerir o seu negócio de uma maneira mais promissora (P1).

As empresas infelizmente têm aquela política de dizer “Vou passar nada para a contabilidade, se não ele vai saber quanto eu ganho e vai querer cobrar na mensalidade” infelizmente isso acontece, por isso o baixo uso de informações contábeis em relatórios, mais aos poucos estamos conseguindo mudar, é um trabalho arduo, mais no fim vai valer apenas mudar essa cultura enraizada (P2).

Nós contadores que atendemos as MPE's da região, recebemos a notícia do baixo uso da informação contábil na perspectiva da necessidade de mudança cultural dos empresários da cidade. Atribuímos também ao baixo nível de conhecimento dos empresários diante das informações. Eles precisam entender que a contabilidade pode oferecer muito mais do que apenas uma forma de atender as exigências fiscais do governo (E1).

Identifico a baixa especialização do micro e pequeno empresário brasileiro para a atividade de empreendedor, conclui um MBA em Gestão de Negócios a dois anos e não tinha nenhum empresário na turma, na maioria havia funcionários de grandes empresas e estudantes, e sem conhecimento dos benefícios o empresário tende a desconsiderar essas informações (E3).

Em estudo sobre o controle e a informação contábil nas pequenas empresas da cidade de Formiga (MG) Costa e Yoshitake (2004) evidenciaram que as pequenas empresas não

utilizam as demonstrações financeiras produzidas pela contabilidade, possivelmente porque essas não retratam a realidade, devido ao receio dos empresários em onerar a carga tributária.

Em geral, o que se pode notar é que a solução do problema não é repensar o papel da contabilidade e dos que praticam, porém, uma das soluções é modificar o pensamento dos usuários. Batista (2012) indica que a contabilidade é uma ciência cuja função principal é a de fornecer informações úteis, por isso, os discursos dos entrevistados sintetizam que os fornecedores primários dessas informações na maioria dos casos transferem dados incompletos, causando distorções entre a realidade da empresa e os relatórios gerados, reduzindo a utilidade da informação para os tomadores de decisões.

Essa constatação vai na contramão a uma das características da informação contábil, na qual se refere que as informações devem **representar fidedignamente o fenômeno ou patrimônio reportado**. Essa realidade parece contribuir para o afastamento das informações contábeis do contexto decisórios de seus usuários, fundamentalmente porque tais informações não representam fidedignamente o patrimônio da entidade que reporta a informação.

Ao serem questionados sobre a disponibilização de informações regulares para seus clientes, todos os entrevistados confirmaram que enviam informações contábeis/fiscais com regularidade a seus clientes. Contudo, há um entendimento que os empresários buscam esses relatórios fiscais em períodos de lançamentos de informações em sistemas do governo.

No entendimento dos profissionais da contabilidade da região, percebe-se que os gestores dão mais prioridade em se manter regularizados perante o fisco ao invés de priorizar seu modo de gerenciamento. O coro dos profissionais ouvidos indica que as informações regularmente enviadas aos gestores são demonstrativos financeiros, balancetes, demonstrações de fluxo de caixa, balanço patrimonial, demonstrações das origens e aplicações de recursos, relatórios de ISS, relatórios para o Simples Nacional (um regime de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos) dentre outras.

Ao serem questionados sobre a seguinte pergunta: Você disponibiliza informações contábeis regulares para seus clientes? Ficou evidenciado que todos os entrevistados responderam positivamente, conforme extratos a seguir:

Sim, pois ao fazermos nossos trabalhos contábil, temos que mostrar a realidade da empresa, independentemente do resultado positivo ou negativo. (E1).

Sim, mensalmente mostramos relatórios fiscais e contábeis, com intuito de deixar o cliente ciente que a contabilidade de sua empresa está correndo da certa e clara para o fisco e receita federal (P2).

Sim, Demonstrativos de faturamento, demonstrativo de entradas e saídas, balancetes, planilhas com comparativo e média dos impostos pagos no trimestre e demais relatórios solicitados pelos clientes (P3).

A partir deste ponto a análise individualizará a opinião dos entrevistados acerca das características da informação contábil, de modo que na seção 4.2 serão discutidas as características qualitativas fundamentais e na seção 4.3 as de melhoria.

4.2 CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS FUNDAMENTAIS

4.2.1 Relevância

No geral, destacam a relevância da contabilidade no atendimento das obrigações fiscais-tributárias. Parece que o julgamento de importância da contabilidade – e sua relevância – se dá no pleno atendimento das obrigações fiscais-trabalhistas. Mas este não é o entendimento da própria contabilidade quanto a relevância, pois o CRC (2014) define a relevância como (A informação é relevante, se ela é capaz de afetar os fins, de afetar a compreensão ou de afetar as decisões dos usuários, devendo ser oportuna sempre, quando necessária). Contudo a informação contábil deve ser relevante para o conjunto total de usuários e não dando prioridade a certo grupo de usuário.

Nesse contexto, na visão dos profissionais contábeis ouvidos, os empresários estão mais preocupados em informações de ordem tributária fornecidas pela contabilidade e não aquelas que poderão auxiliar nas tomadas de decisões, pois eles não veem o serviço de contabilidade como mecanismo de planejamento, organização ou de controle e sim como um meio de cumprir as obrigações impostas pelo governo com fins arrecadatórios. Parece que essa visão contraria a própria natureza do processo decisório, empreendido também pelos gestores, de modo que são úteis as informações que de fato são utilizadas, e não as que deveriam ser utilizadas. É uma perspectiva pragmática do uso e não uma concepção utópica de uso, conforme o CFC, na resolução de Nº 1.132 DE 21.11.2008 (Parágrafo 4.k) que prevê que as informações contábeis devem atender as necessidades do usuário

Parece que o ideário da profissão contábil, a partir dos sujeitos ouvidos, diz respeito ao uso desejado, entendendo que se não utilizam é porque subjugam a informação contábil.

Os recortes seguintes ilustram essa discussão:

Entendemos que 90% das informações que geramos a nossos clientes são para atendimento fiscal, pouquíssimos clientes solicitam relatórios gerenciais. Na questão da importância, entendemos que os empresários não julgam relevante essas informações no âmbito gerencial de suas empresas (E1).

De total importância as informações geradas por mim, contudo julgo que os relatórios (Informações) que geramos não são úteis nas tomadas de decisões, tendo em vista que as informações solicitadas por eles (Empresários) são restritas ao atendimento das exigências fiscais (E2).

“Se por um lado o maior dos objetivos da Ciência Contábil é exatamente levar ao usuário as informações que necessitam para gerir seus empreendimentos” (VASCONCELOS e VIANA, 2002), por outro lado, a contabilidade tem sido encarada como um instrumento necessário tão somente para atender a uma série de exigências legais e burocráticas, e não como instrumento de apoio ao administrador para a tomada de decisões e controle (OLIVEIRA, MÜLLER e NAKAMURA, 2000), especialmente nas pequenas empresas.

Como forma de atender as obrigações impostas pelo governo, os empresários se interessam e dão um grande valor pelas informações tributárias, pois é uma forma de atender as cobranças do governo. Este é o um grande problema que as Micro e Pequenas Empresas enfrentam, além da necessidade de terem que contratar serviços voltados para este ramo da contabilidade, muitas das vezes com orçamentos enxutos, não conseguem verba para investimento em serviços de gerenciais. Conforme a característica da relevância, que se refere como “aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários” e não simplesmente para pagamentos de impostos fiscais. O que na opinião dos contadores é que os responsáveis por essas organizações estão indo na contramão do entendimento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando a informação contábil.

4.2.2 Representação Fidedigna

A informação é fidedigna na medida em que recebem, ou seja, com base no que recebem a informação é fidedigna, correta. Contudo, reconhecem que são omitidas diversas informações de fatos ocorridos nas empresas (por exemplo receitas), o que reduz a representatividade das informações contábeis frente ao patrimônio da empresa que reporta. Relatam os profissionais da contabilidade que pela contabilidade ser complexa e “depende” do usuário (relato dos atos e fatos), o trabalho necessita de ambas as partes para representar a realidade de forma fidedigna a empresa estudada, como se percebe nos extratos abaixo:

Procuramos passar as informações mais próximas da realidade possível, contudo, entendemos que as vezes o empresário tenta burlar as leis, perdem notas, não informa

alguns dados corretamente e os relatórios que repassamos aos usuários é em cima dos dados que eles nos trazem (E1).

Não, porque em muitos casos os empresários “esconde informações” ou “máscaras resultados” a fim de burlar o sistema ou simplesmente pelo fato de não querer mostrar seu faturamento real (E2).

Devido ao alto grau de informalidade de algumas operações dos clientes creio ser esse o maior desafio para o profissional contábil atual, visto que em grande parte nem o próprio empresário tem uma informação fidedigna de muitas de suas operações. Porém tenho consciência de que esse princípio não é seguido, creio que em muitos casos apresentamos tendências e números que fazem sentidos e servem sim como guia para o empresário (E3).

Fica claro que a informação não é fidedigna, pois só se tem acesso ao informado e não ao de fato ocorrido na empresa. Esta lacuna é grave, visto que a informação que não é fidedigna não é útil, conforme o próprio CFC ilustra em sua resolução de Nº 1.132 DE 21.11.2008 (parágrafo 4. A). Além disso, não se pode conviver com o fato de que só se produz informações contábeis a partir do informado, pois o interesse em se tornar útil não é do usuário, mas da própria contabilidade (CFC).

Segundo Oleiro, Dameda e Victor (2007, p. 45-46) “afirmam que um dos fatores que mais implicam na sobrevivência das MPE’s é a ausência de dados sólidos para tomada de decisão”. Conforme as respostas dos entrevistados evidenciamos que muitas das vezes, os dados recebidos por eles são distintos da realidade, o que provoca relatórios ilusórios, não servindo para embasamentos nos processos decisórios. O que frequentemente acaba trazendo diversos prejuízos para a organização. Desta maneira é necessário que os responsáveis por essas instituições sejam conscientizados sobre a importância de informarem dados reais da empresa, aos profissionais para que possa haver um trabalho transparente, mostrando a realidade atual da organização.

4.3 CARACTERÍSTICA QUALITATIVA DE MELHORIA

4.3.1 Verificabilidade / Comparabilidade

Entendem que faltam dados a serem enviados pelas empresas, mas com os documentos recebidos procuram contabilizar adequadamente. Limitam-se a indicar com base no que chegam de registros, mas, neste mesmo sentido, reconhecem que fatos ocorridos na empresa não contam com o devido registro contábil pois não são reportados, conforme trechos recortados da entrevista:

Concepção adquirido através do seguinte questionamento: Seu usuário, que aqui focamos no usuário interno (gestor), pode atribuir **Verificabilidade / Comparabilidade** as informações que você reporta acerca de seu patrimônio e resultado? Quero dizer com isso, é possível comparar as informações que você reporta em termos de representar bem aquilo que reporta?

Sim. Diante das informações que eles (empresário) trazem, procuramos ao máximo sermos cuidadosos nos processos de transformações dos dados em relatórios que mostrem a realidade do evento estudado (E1).

Sim. Diante de todas as informações que chegam até a min, procuro diversas técnicas e ferramentas confiáveis para a geração dos dados em ferramentas que possam gerar relatórios (E2).

Sim. Para reportar as informações aos clientes, buscamos meios legais e confiáveis, sempre lhes mostrando a fonte de informação (P3).

Assim, embora julguem que são técnicos e que por isso confiáveis, não se atinge o objetivo de confiabilidade previsto na RESOLUÇÃO CFC Nº 1.374, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2011 na medida em que (Os entrevistados retratam a forma no qual recebem as informações dos usuários, transformam em relatórios que mostram a realidade do fato, contudo, a veracidade das informações depende muito do empreendedor que fornece os dados. O Conselho Federal de Contabilidade (2011) na sua resolução cita a confiabilidade a vieses relevantes e representar adequadamente aquilo que se propõe a representar. Os entrevistados confirmam que ao analisar as informações repassadas pelos empresários, constroem relatórios confiáveis e representativos dos fatos estudados.

4.3.2 Compreensibilidade

Conforme já foi apresentado na pesquisa, a maioria dos empresários da região possui baixos níveis de conhecimentos sobre as informações recebidas, desta forma há necessidade que os termos técnicos sejam retratados de modo a permitir o entendimento dos usuários, quaisquer que sejam estes.

Tendo em vista este fato, percebe-se que na medida em que fornece informações há um esforço dos profissionais para tornar compreensível na linguagem e conhecimento particular de cada cliente, como relevam os extratos abaixo:

Sim. Considerando o nível de conhecimento técnico dos usuários (clientes) interagirmos com diferentes níveis de conhecimentos, tentamos enquadrar as

informações a cada um individualmente, para que fique claro o que passamos para eles (E1).

Realmente as informações que geramos necessita de um pouco de conhecimento no seu entendimento, por isso tentamos ao máximo adequar as nomenclaturas dos termos técnicos e relacionar a informação com algum caso real da empresa (E2).

Tentamos sempre fazer com que as informações não sejam apenas técnicas, mais que também possam ser apresentadas na linguagem do dia a dia daquele usuário. Para que isso ocorra, ao realizar o contrato com o cliente, sempre oferecemos as visitas semanais, quinzenais ou mensais. Pois entendemos que a informação prestada de forma pessoal, por muitas vezes é compreendida de uma forma melhor (P3).

Conforme os extratos acima, evidencia que os entrevistados procuram adequar os termos técnicos para entendimentos de seus clientes. Neste sentido os profissionais fazem o possível para que a informação contábil seja compreensiva a fim de que possa ser utilizada como instrumento de apoio no processo decisório. Para ser compreensível, os dados que compõem as informações contábeis devem ser expostos de maneira clara e objetivo (Oliveira, et al, 2014).

Conforme Stroeher e Freitas (2006) a maiorias dos proprietários das Micro e Pequenas empresas não terem compreensão contábil, acabam fazendo julgamentos inadequados sobre a importância das informações contábeis. Apesar desta afirmativa se confirmar com os relatos dos entrevistados, os profissionais adequam o máximo os relatórios para que fiquem claro e compreensível ao entendimento de seus clientes, que vai de encontro aos princípios da contabilidade. É importante que ocorra esse trabalho de mediação entre o emissor e o receptor para que ocorra um entendimento eficaz de toda a informação e que os proprietários possam ter um conhecimento maior sobre de utilização da contabilidade gerencial como uma ferramenta de gerenciamento.

4.3.3 Tempestividade

Com intuito de entender se as informações contábeis são encaminhadas a tempo de serem úteis nas tomadas de decisões dos empresários, os entrevistados foram questionados sobre as informações que reportam chega a tempo hábil de serem utilizadas. Ficou constado que os geradores das informações (entrevistados) confundem tempestividade com atualização noutro giro, confundem tempestividade com a condição de estarem aptos a responder as demandas dos usuários ou a atender exigências do fisco, como se vê nos recortes abaixo:

Atualmente procuramos apresentar as informações no mês seguinte a sua competência, estamos iniciando um projeto piloto agora em 2019 onde poderemos

tratar alguns números no primeiro dia útil seguintes aos fatos, para isto estamos fazendo investimentos em software e treinamento para nossa equipe (E3).

Sim. Aqui no escritório temos um cronograma tanto de entrega de documento dos próprios clientes aqui no escritório e da nossa parte trabalhamos com prazos de antecipação de entregas de imposto e documentos aos nossos clientes (P2).

Sim. Estamos atualizando diariamente. De forma fiscal. Para que todas as alterações de leis, decretos, IN, entre outros cheguem a tempo hábil a nossos usuários (Clientes) (P3).

Contudo, a tempestividade se relaciona ao fornecimento de informações aos usuários em tempo de ser útil ao processo decisório, detalhe não compreendido pelos respondentes. Também existe a questão de a conversa não ocorrer em paralelo as decisões ordinárias (cotidianas), como revela o trecho abaixo:

Não. Muitas das decisões que os empresários decidem são diárias ou no máximo semanal, por conta de efetuarmos um serviço que eles enxergam como custo e não investimento, eles não procuram frequentemente, normal é mensal (E1).

Não. Não existem buscas dessas informações com muita frequência, normalmente eles (Empresários) nos procuram em períodos que tem que enviar relatórios aos sistemas do Governo (E2).

Conforme o Conselho Federal de Contabilidade (2011), a característica da tempestividade da informação contábil por ser entendida como “o fato da informação chegar ao usuário em tempo hábil, a fim de que este possa utilizá-la para seus fins”. Neste caso fica evidenciado que a característica da tempestividade está presente, pois quando se trata dos relatórios tributáveis, as informações chegam a tempo hábil para que os empresários consigam atender ao sistema fiscal do governo. Portanto, há um traço de pontualidade, mas isso não adiciona qualidade às informações contábeis, visto que na opinião dos respondentes não são utilizadas por não representarem fidedignamente o patrimônio das entidades.

O acesso rápido a informações não úteis não melhora a qualidade da informação nem tampouco incrementa qualidade ao processo decisório. Como as informações contábeis não são relevantes, ou seja, não possuem características qualitativas básicas, oportuna com certas ações e perde a utilidade das informações contábeis para a tomada de decisão diária.

4.4 ANÁLISE GLOBAL

Em análise ao tema proposto do trabalho, no qual o objeto foi apresentar a opinião do contador praticante referente ao problema do baixo uso das informações contábeis nos

processos decisórios das MPE's, constatou-se que a contabilidade praticada pelos entrevistados não se alinha ordinariamente ao processo de gestão e tomada de decisão nas MPE's por eles atendidas. Tal evidência encontrada nos relatos dos entrevistados tiveram alguns pontos centrais apresentados pelos profissionais referentes ao problema estudado.

Um dos pontos exposto pelos entrevistados foi que o problema do baixo uso das informações, em termos gerenciais e para este usuário, está totalmente ligado a quem os contratam, neste caso, os proprietários das organizações, o que amplia a barreira entre esses profissionais. Essa constatação mostra-se de todo problemática pois, se de um lado os empresários não dispõem de tais competências, será que não dispõem porque não querem ou porque possuem inúmeras demandas que são supridas por outras bases informacionais? Será que é algo voltado a contabilidade – um desinteresse particular – ou supriram a demanda informacional por outras fontes? A considerar pesquisas anteriores, pelo menos a partir da pesquisa de Hiroshi (1998), a contabilidade está se distanciando paulatinamente do usuário interno e atendendo a outros usuários, de modo que sua ausência está sendo preenchida por outras bases informacionais que se mostram mais próximas do ordinário da gestão.

Logo, é um distanciamento problemático a ser considerado, qual seja, o gestor se vale de outras informações (outras bases), como evidenciaram Xavier Filho e Lima (2016) e a contabilidade se volta a atender usuários que compulsoriamente demandam suas informações, criando um vácuo entre a fonte produtora e os usuários, sobretudo, e nesta pesquisa, o usuário interno.

Outra questão evidenciada está associada a nenhum sentimento de responsabilidade por parte dos profissionais contábeis no sentido de identificar falhas nos processos. Em nenhum momento uma posição crítica foi observada, uma mea-culpa, um sentimento de intensificar os esforços. E por último trouxeram como a principal característica da informação contábil - aquela que extrai dela a utilidade – que foi a representação fidedigna. A questão tratada foi a conscientização dos gestores em relação a solicitarem relatórios gerenciais mais específicos, tendo em vista que em base de dados, por exemplo aplicativos de gestão ou software, oferecem informações plausíveis a respeito do patrimônio, porém é necessário um profissional com conhecimento técnico para analisar os dados, o que reflete a importância de se ter um profissional qualificado no auxílio ao processo decisório quando se dispõe de informações ou relatórios gerenciais. Percebe-se que um dos grandes problemas identificado na prática é que a contabilidade para MPE's é simplificada, ou seja, o fisco demanda informações mais agrupadas e simplificadas, perdendo diversas nuances da informação para o gestor que figura nesta pesquisa como usuário prioritário das informações contábeis.

O cenário mostra-se preocupante, sobretudo porque as características da informação contábil não se mostram presentes, o profissional que se envolve diretamente com a processamento e reportação da informação reconhece que o problema do baixo uso reside no comportamento ou no perfil do usuário e este mesmo usuário recorre a outras bases de dados para suprir sua demanda informacional. Neste cenário, a contabilidade como base de dados perde sua importância no contexto decisório nas micro e pequenas empresas ao passo que o gestor se vale de outras bases, valorizando-as frente a contabilidade.

O curioso é que o diagnóstico e solução estão dados, ao menos pragmaticamente, de modo que (1) o contador já identificou o problema (usuário que não demanda ou não entende) e a solução passa pela qualificação do usuário e (2) o gestor reconhece que as informações contábeis não são úteis e recorre a outras bases. A questão de fundo é que a proximidade entre administração e contabilidade, desejável conceitualmente tanto pela administração quanto pela contabilidade (LEONE; LEONE, 2007; FAYOL, 2009; IUDÍCIBUS, 2010), recomendada enfaticamente nas diretrizes curriculares de ambas as formações em nível de bacharelado (CNE/CES, 2004; 2005), se perde em meio às soluções desenhadas. A contabilidade resiste enquanto base de dados indispensável para inúmeros usuários (bancos, governo, órgãos de fomento, investidores) mas perde, e cada vez mais, espaço no ambiente decisório nas micro e pequenas empresas, que constituem quase a totalidade das empresas existentes no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este estudo, pode-se afirmar que os objetivos propostos foram alcançados, foi possível identificar que a maioria dos profissionais da contabilidade atuante na cidade de Camocim de São Félix - PE tem uma visão similar diante do assunto proposto na pesquisa.

Com base no estudo, observou-se que os empresários vinculam a contabilidade ao excesso de fiscalização e à arrecadação de impostos pelo governo. O que mostra o fato de muitos contadores, especialmente aqueles que trabalham em escritórios de contabilidade ou prestam serviços para pequenas empresas, especializam-se em aspectos fiscais, fornecendo, dessa forma, a seus clientes informações relativas a essa área e deixando as informações da contabilidade restritas a pagamentos de tributos (DARF, DAE, DAS, etc.) informações que são fornecidos a outros usuários, como instituições financeiras e órgãos do governo.

A pesquisa de campo objetivou verificar a concepção do contador praticante sobre o baixo uso de informações contábeis por MPE's nos processos decisórios da organização. Ficou evidente que muitos profissionais têm conhecimentos sobre a utilização dos relatórios que geram pelos empresários da cidade, que o aproveitamento das informações geradas é exclusivamente para atendimento ao fisco, solicitado pelo governo as MPE's.

Conforme citado no texto, Stroehler e Freitas (2006) complementam que, “devido ao pequeno empresário, na maioria dos casos, não possuir os conhecimentos contábeis suficientes, por vezes, não conseguem avaliar a sua importância”. Segundo os autores, os empresários estão mais preocupados com as informações de ordem tributária fornecidas pela Contabilidade, relacionando o contador a questões tributárias, como mecanismos para escapar da tributação, deixando de lado o planejamento, a organização, o controle, e outras atribuições básicas da função administrativa. Portanto, este estudo é consistente com outros estudos que reconhecem a falta de sistemas de informações estruturados, especialmente a falta de informações contábeis, nas decisões das PME.

Com base no estudo realizado, observou-se que a maioria das empresas atendidas pelos profissionais optam pelo Simples Nacional, “Regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresa de pequeno porte”. Trata-se de um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto pela Lei complementar nº 123, de 2006, aplicável às micro-empresas e às empresas de pequeno porte, a partir de 01/07/2007.

A pesquisa realizada revela que grande parte das empresas classificam os relatórios fiscais com maior prioridade, desta maneira confirmando que a maioria dos empresários utilizam a contabilidade e suas informações apenas para cumprir as obrigações legais e burocráticas da empresa, o que foi comprovado mais uma vez, quando os entrevistados afirmam que 90% das informações que são geradas em seu ambiente de trabalho são referentes ao atendimento fiscal, pouquíssimos clientes solicitam relatórios gerenciais.

Pertinente a periodicidade, constatou-se que a maioria do montante das informações que os contadores geram são solicitadas e encaminhadas mensalmente. O que mostra que a relação entre o contador e o empresário do pequeno negócio ainda é restrita, tendo em vista as limitações da empresa, isto porquê a contratação de um profissional próprio para assumir a contabilidade é inviável no ponto de vista financeiro e muitas vezes os empresários desejam que o contador esteja mais presente, no entanto, pela falta de conhecimento dos serviços, acabam deixando a relação entre as partes, restrita apenas para os serviços básicos da contabilidade.

Verificou-se que as relações profissionais entre empresas de serviços contábeis e os proprietários de pequenas empresas estão muito distanciadas, no que se refere ao fornecimento mútuo de informações necessárias para os devidos relatórios contábeis.

Diante do exposto, sugere-se que haja uma maior troca de informação consistente entre o profissional da contabilidade e o empresário para que haja um entendimento maior sobre importância a contabilidade nos processos decisórios gerenciais. De forma que venham trabalhar juntos em desenvolvimento de processos integrando a contabilidade ao sistema de gerenciamento da empresa.

REFERÊNCIAS

- CRESWELL, J. W. **Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Thousand Oaks: Sage publications, 2013.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Resolução CFC N° 1.132 de 21.11.2008
- FAYOL, H. **Administração Industrial E Geral: Previsão, Organização, Comando, Coordenação, Controle**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- LOPES, C. C. V. M.; MELO, P. G. D. **A Percepção Do Gestor De Uma Microempresa Sobre As Informações Contábeis Fornecidas Para A Sua Gestão: Um estudo de caso em Arcoverde-PE**. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, XIX, 26-29 ago. Belém do Pará (PA), 2012.
- NUNES, L. C. F.; SERRASQUEIRO, Z. S. **A Informação Contabilística Nas Decisões Financeiras Das Pequenas Empresas**. Revista Contabilidade & Finanças, v. 36, pp. 87-96, 2004.
- SEBRAE (Serviço Brasileiro De Apoio Às Micro E Pequenas Empresas) (2013). **Sobrevivência das empresas no Brasil 2013 – Coleção Estudos e Pesquisas**.
- STROEHER, A. M.; FREITAS, H. **O Uso Das Informações Contábeis Na Tomada De Decisões Em Pequenas**. Revista de Administração (Eletrônica), v. 1, n. 1, art. 7, 2008.
- VILAS BOAS, R. G.; MORAIS, M. I. **Informação Contábil Nas Micro E Pequenas Empresas: Uma Pesquisa De Campo Na Cidade De Campo Na Cidade De Tangará Da Serra – Mt**. Revista UNEMAT de Contabilidade, v. 3, n. 6, pp. 93-117, 2014.
- CHING, Hong Yuh. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
- FERRONATO, Airto João. **Gestão Contábil-Financeira De Micro E Pequenas Empresas: Sobrevivência E Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.
- PADOVEZE, Clóvis Luis. **Sistemas De Informações Contábeis: Fundamentais E Análise**. fundamentos e análise. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- DEITOS, M.L..M.S **Conhecer As Especificidades Das Pequenas E Médias Empresas: Uma Necessidade Que Se Impõe Ao Contador**. Revista do CRC-PR.
- PAIVA, S.B. **O Processo Decisório E A Informação Contábil: Entre Objetividades E Subjetividades**. Revista Brasileira de Contabilidade, ano 2018.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. MARTINS, Miltes Angelita Machuca. **Contabilidade E Gestão Para Micro E Pequenas Empresas**. Curitiba: Intersaberes, 2014.
- SILVA, Edson Cordeiro da. **Contabilidade Empresarial Para Gestão De Negócios: guia de orientação fácil e objetivo para apoio e consulta de executivos**. São Paulo: Atlas, 2008

HALL, Rosemar José et al. **Contabilidade Como Uma Ferramenta De Gestão: Um Estudo Em Micro E Pequenas Empresas Do Ramo De Comércio De Dourados**. Mato Grosso do Sul: Revista da Micro e Pequena Empresa, 2012.

GOMES, Ana Karla de Lucena Justino e CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. **A Utilização Da Contabilidade Em Micro E Pequenas Empresas: Estudo Comparativo Entre Redes De Cooperação Horizontal E Empresas Não Cooperadas**. Vitória – ES, 2016.

MOURA, Vitor José e FILHO José Lindenberg Julião Xavier. **Informação Contábil e Tomada de Decisão: Evidências de Uso em uma Organização Industrial de Médio Porte**. Caruaru – PE, 2013.

HIROSHI, S. Um plano de marketing para a contabilidade. **Cadernos de Estudos FIPECAFI**, v. 10, n. 17, p. 47-58, Jan./Abr., 1998.

Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Superior (CES). Resolução nº 10 de 16 de dezembro de 2004. Institui as diretrizes curriculares do curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado e das outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 dez. 2004.

Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Superior (CES). Resolução nº 4 de 13 de julho de 2005. Institui as diretrizes curriculares do curso de graduação em administração, bacharelado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 jul. 2005.

APÊNDICE

Questionário utilizado para a pesquisa.

1° Agora, sendo apresentado (a) a esta problemática, qual seja, o baixo uso de informações contábeis nos processos decisórios em MPE, como você na condição de contador praticante recebe esses resultados? A que atribui este baixo uso?

2° Você disponibiliza informações contábeis regulares para seus clientes? Se sim, quais? Se NÃO, por quê?

3° Quanto a **RELEVÂNCIA**, que diz respeito ao julgamento de valor por parte do usuário da contribuição objetiva da informação para suas decisões, como você percebe a relevância das informações que você produz e reporta a seus clientes (usuários)? Você julga que as informações geradas por você são úteis aos usuários? Dito pela negação, se você não reportar reconhece que haveria prejuízo para os usuários em termos de processo decisório?

4° Diante das pesquisas empíricas, que mostram que as MPE's normalmente são gerenciadas pelo próprio "dono", e uma pequena parcela deles tem um grau de escolaridade de nível superior, a falta do conhecimento técnico é um desafio na gestão de suas empresas. Diante de uma das características da informação contábil, que diz que as informações precisam ser **COMPREENSÍVEIS** no entendimento dos usuários, você reconhece que as informações que você reporta para seus usuários são entendidas por eles? Você faz algum esforço para tornar mais compreensível? Qual? Se NÃO faz, por quê?

5° Para a informação ser útil, ela tem que ser confiável ou seja, livre de erros e deve representar **FIDEDIGNAMENTE** a realidade tratada nas demonstrações contábeis, de modo que são três os atributos essenciais para a sua utilização, devendo ser (i) completa, (ii) neutra e (iii) livre de erros. Você julga que as informações reportadas por você representam fidedignamente o patrimônio e o resultado das entidades, de modo a ser útil para o tomador de decisão? Se SIM ou se NÃO, por quê?

6° Outra característica da informação útil é que ela deve chegar a tempo de ser utilizada no processo decisório. Essa característica é chamada de **TEMPESTIVIDADE**. Como você julga essa característica nas informações que você reporta, ou seja, você acredita que as informações necessárias ao usuário chegam a tempo de ser utilizada? Por que SIM ou porque NÃO?

7° É possível ler em relatos científicos que a informação contábil é, em muitos casos (especialmente MPE's), um "mal necessário", visto o valor atribuído a tal conjunto de informações, que prejuízo julga que terão caso não tenham as informações que você gera? Colocando em outra perspectiva, por que o usuário deve manter seus serviços ativos na empresa?

8° Seu usuário, que aqui focamos no usuário interno (gestor), pode atribuir **VERIFICABILIDADE / COMPARABILIDADE** as informações que você reporta acerca de seu patrimônio e resultado? Quero dizer com isso, é possível confiar que as informações que você reporta em termos de representar bem aquilo que reporta? Se SIM ou se NÃO por quê?